

LÍNGUA PORTUGUESA

Duda Nogueira

PARTE I – FONOLOGIA E SEMÂNTICA

1. ORTOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO	43
2. Em concursos.....	43
2.1. Emprego dos porquês	43
2.2. Mal e mau.....	43
2.3. Viagem e viagem.....	44
2.4. Cessão, sessão e seção (ou secção).....	44
2.5. Onde e aonde	44
2.6. Se não e senão.....	44
2.7. Tão pouco e tampouco	44
2.8. De encontro a e ao encontro de	45
2.9. Em vez de e ao invés de	45
2.10. Acerca de, a cerca de e há cerca de.....	45
2.11. Mas e mais.....	45
2.12. A fim e afim.....	45
2.13. Se quer e sequer	46
3. SUGESTÃO.....	46

2. ACENTUAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	46
1.1. Vogal e semivogal	46
1.2. Ditongo crescente, decrescente e hiato.....	46
2. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA	47
2.1. Proparoxítonas: a sílaba tônica é a antepenúltima	47
2.1.1. Proparoxítona eventual ou acidental	47
2.2. Paroxítonas: a sílaba tônica é a penúltima	47

2.3. Oxítonas: a sílaba tônica é a última	48
2.4. Monossílabas	48
3. ACENTUAÇÃO DOS HIATOS	48
4. ACENTOS DIFERENCIAIS	49
5. REGRAS ESPECIAIS	49
6. MUDANÇAS NAS REGRAS	49

3. SEMÂNTICA

1. INTRODUÇÃO	50
2. SINÔNIMO E ANTÔNIMO	50
2.1. Sinônimo	50
2.2. Antônimo	50
3. HOMÔNIMO E PARÔNIMO	50
3.1. Homônimo.....	50
4. POLISSEMIA	51
5. HIPONÍMIA E HIPERONÍMIA.....	51
5.1. Hiponímia.....	51
5.2. Hiperonímia.....	51
6. DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	51
6.1. Denotação.....	51
6.2. Conotação.....	51
7. AMBIGUIDADE.....	52

PARTE II – MORFOLOGIA

1. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

1. Derivação	53
2. Composição	54
3. Hibridismo	54
4. Onomatopeia	54
5. Neologismos e gírias.....	54

2. CLASSES GRAMATICAIS VARIÁVEIS – FLEXÃO NOMINAL

1. Substantivo	55
1.1. Definição.....	55
1.2. Flexão de número	55
1.2.1. Plural dos substantivos simples.....	56
1.2.2. Plural dos substantivos compostos.....	56
2. Adjetivo	57
2.1. Definição.....	57
2.1.1. Locução adjetiva	57

2.2. Flexão de número	58
2.2.1. Plural dos Adjetivos Simples	58
2.2.2. Plural dos Adjetivos Compostos.....	58
2.3. Sugestão	58
3. Artigo.....	59
3.1. Definição.....	59
3.2. Classificação	59
3.2.1. Artigos definidos	59
3.2.2. Artigos indefinidos.....	59
3.3. Emprego do artigo.....	59
3.3.1. Não se usa o artigo definido	59
3.3.2. Usa-se o artigo definido	60
3.3.3. Emprego do artigo indefinido.....	61
4. Numeral	61
4.1. Definição.....	61
4.2. Classificação	61
4.2.1. Cardinais.....	61
4.2.2. Ordinais	61
4.2.3. Multiplicativos.....	61
4.2.4. Fracionários.....	61
4.2.5. Coletivos.....	61
4.3. Leitura dos numerais.....	62
4.3.1. Emprego dos numerais.....	62
5. Pronome.....	63
5.1. Definição.....	63
5.2. Classificação dos pronomes	64
5.2.1. Pronome pessoal.....	64
5.2.1.1. Emprego dos Pronomes Pessoais	64
5.2.2. Pronomes de tratamento.....	65
5.2.2.1. Em concursos	65
5.2.3. Pronome possessivo	66
5.2.3.1. Em Concursos.....	66
5.2.4. Pronome demonstrativo	66
5.2.4.1. Emprego do Pronome Demonstrativo.....	67
5.2.5. Pronome relativo.....	67
5.2.5.1. Emprego do Pronome Relativo.....	68
5.2.6. Pronome indefinido	69

5.2.7. Pronome interrogativo	69
5.3. Colocação pronominal	70
5.3.1. Próclise.....	70
5.3.2. Mesóclise.....	70
5.3.3. Ênclise	70
5.3.4. Em locuções verbais.....	71
5.3.5. Pegadinhas das bancas.....	71
6. Verbo	72
6.1. Definição.....	72
6.2. Modo verbal	72
6.2.1. Formas Nominais	72
6.3. Tempos verbais	72
6.3.1. Presente.....	72
6.3.2. Futuro.....	73
6.3.3. Pretérito.....	73
6.3.4. Imperativo	73
6.3.5. Tempos compostos	74
6.4. Correlação de tempos verbais	75
6.5. Voz verbal.....	75
6.5.1. Voz ativa	76
6.5.2. Voz passiva	76
6.5.2.1. Passiva analítica – ser + particípio	76
6.5.2.2. Passiva sintética – V.T.D.(l.) + SE = V.P. (sujeito)	76
3. CLASSES GRAMATICAIS INVARIÁVEIS	
3. Advérbio.....	77
3.1. Definição.....	77
3.2. Locuções adverbiais	77
3.2.1. Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas	77
2. Preposição	78
2.1. Definição.....	78
2.2. Classificação das preposições	79
2.3. Relações das preposições.....	79
3. Conjunção.....	80
3.1. Definição.....	80
3.2. Classificação	80
3.3. Coordenativas.....	80

3.4.	Subordinativas.....	80
3.4.1.	Integrantes.....	80
3.4.2.	Adverbiais.....	81
3.4.3.	Interjeição.....	81
3.4.3.1.	Definição.....	81
3.4.3.2.	Locução interjetiva.....	82
3.4.3.3.	Classificação.....	82

PARTE III – SINTAXE

1. ANÁLISE SINTÁTICA

1.	FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	83
1.1.	Frase.....	83
1.2.	Oração.....	83
1.3.	Período.....	83
2.	TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO.....	83
2.1.	Sujeito.....	83
2.2.	Predicado.....	85
2.2.1.	Predicação verbal.....	86
2.2.2.	Predicativo.....	86
2.3.	Classificação do predicado.....	86
3.	TERMOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO.....	87
3.1.	Objeto direto.....	87
3.1.1.	Objeto direto preposicionado.....	87
3.1.2.	Objeto direto pleonástico.....	88
3.2.	Objeto indireto.....	88
3.2.1.	Objeto indireto pleonástico.....	88
3.3.	Complemento nominal.....	88
3.4.	Agente da passiva.....	89
4.	TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO.....	90
4.1.	Adjunto adnominal.....	90
4.2.	Adjunto adverbial.....	90
4.2.1.	Classificação do adjunto adverbial.....	90
4.3.	Aposto.....	91
4.3.1.	Classificação do aposto.....	92
5.	VOCATIVO.....	92
2. PERÍODO COMPOSTO		
1.	Coordenação.....	93

1.1.	Assindéticas.....	93
1.2.	Sindéticas	93
2.	Subordinação	94
2.1.	Subordinada substantiva.....	94
2.2.	Subordinada adjetiva.....	95
6.4.3.	funções sintáticas do pronome relativo	96
2.3.	Subordinada adverbial	97
2.4.	Orações reduzidas.....	98
3. CONCORDÂNCIA		
1.	Concordância verbal	99
	SUJEITO COMPOSTO	101
2.	Concordância nominal.....	104
4. REGÊNCIA		
1.	Regência verbal	106
2.	Regência nominal	109
5. CRASE		
1.	Regra geral.....	109
2.	Casos em que sempre haverá crase diante de palavras femininas – Substitua sempre por uma masculina.....	110
3.	Diante de nomes de lugar.....	111
4.	Diante de pronome demonstrativo.....	111
5.	Com pronome relativo	112
6.	Com pronome demonstrativo.....	112
7.	Antes da palavra distância	112
8.	Crise facultativa	113
9.	Não se usa crase	113
6. PONTUAÇÃO		
1.	Vírgula	113
1.1.	Vírgula no interior da oração.....	114
1.2.	Vírgula entre as orações.....	115
2.	Ponto e vírgula.....	116
3.	Dois-pontos.....	116
4.	Ponto final.....	116
5.	Ponto de interrogação	116
6.	Ponto de exclamação	117
7.	Reticências.....	117
8.	Parênteses.....	117

9. Travessão.....	117
10. Aspas	118
11. Colchetes.....	118
12. Asterisco.....	118

PARTE IV – COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES

1. COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES

1. Introdução	119
1.1. TIPOS DE COESÃO TEXTUAL	119
4. Paráfrase.....	121
5. Perífrase	121
6. Tipos de incoerência	122

2. AS PALAVRAS QUE, SE E COMO

1. A palavra QUE.....	122
2. A palavra SE.....	123
3. A palavra COMO	124

PARTE V – INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL

1. INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL

1. Tipologia textual.....	126
2. Gêneros textuais.....	127
3. Argumentação	127
3.1. Argumentação por citação	128
3.2. Argumentação por comprovação	128
3.3. Argumentação por raciocínio lógico.....	128
4. Pressupostos e subentendidos	129
4.1. Pressupostos	129
4.2. Subentendidos.....	130
5. Discurso direto e indireto.....	130

PARTE VI – FIGURAS DE LINGUAGEM

1. CLASSIFICAÇÃO

1. Figuras de palavras (ou figuras semânticas).....	133
2. Figuras de pensamento	134
3. Figuras de sintaxe (ou figuras de construção)	135
4. Figuras de som (ou figuras de harmonia).....	136
Referências.....	136

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia Rolim

CAPÍTULO I – SISTEMAS OPERACIONAIS.....	141
1.1. Sistema operacional Windows 10 pro: manipulação de janelas, programas e arquivos; telas de controle e menus típicos; mecanismos de ajuda; mecanismos de busca).....	141
1.2. Arquivos digitais: documentos, planilhas, imagens, sons, vídeos; principais padrões e características. Arquivos PDF;	150
CAPÍTULO II – APLICATIVOS DE ESCRITÓRIO	153
2.1 Word	153
2.1.2 – Excel	163
2.4. Teclas de atalho do Word	176
2.5. Principais teclas de atalho do Excel	180
2.5.1. PowerPoint	181
2.5.2. LIBREOFFICE	182
CAPÍTULO III – PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT INTERNET EXPLORER, MOZILLA FIREFOX E GOOGLE CHROME).....	198
Ferramentas de correio eletrônico webmail (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).....	202
Sítios de busca e pesquisa na Internet.	202
CAPÍTULO IV – SEGURANÇA.....	203
1. Segurança da informação	203
2. Procedimentos de segurança	203
3. Noções de vírus, worms e pragas virtuais.	203
4. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).	204

LEGISLAÇÃO

Danilo da Cunha Sousa

1. LEI Nº 8.112/1990.....	210
1.1. Disposições Preliminares	210
1.2. Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição.....	210
1.3. Dos Direitos e Vantagens: Do vencimento e da remuneração e das vantagens.....	213
1.4. Das Férias, Licenças e dos Afastamentos	214

1.5. Do Regime disciplinar: Dos deveres, das proibições, da cumulação, das responsabilidades e das penalidades	216
1.6. Do Processo Administrativo Disciplinar	218
2. LEI Nº 9.784/199.....	219
3. Lei nº 8.429/1992.....	222
4. Lei nº 13.709/2018.....	226
5. Lei nº 13.146/2015.....	228
6. Regimento Interno do TRT/3ª Região (RI)	231
7. Código de Ética do TRT/3 (Resolução n. 49, de 11 de abril de 2016).....	238

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Judiciário – Área Judiciária

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Léporo

DIREITO CONSTITUCIONAL	243
I. CONSTITUIÇÃO: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; VIGÊNCIA, EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.	244
1. Constituição – Tipologia ou Classificação das Constituições	244
2. Princípios fundamentais.	247
2.1. Fundamentos da República Federativa do Brasil	247
2.2. Poderes da União	247
2.3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	247
2.4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais	248
3. Interpretação das normas constitucionais	249
3.1. Métodos:.....	249
3.2. Princípios de interpretação Constitucional:.....	250
4. Aplicabilidade, vigência e eficácia das normas constitucionais.....	252
4.1. Classificação das normas constitucionais segundo sua eficácia	253
II. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: SISTEMAS DIFUSO E CONCENTRADO; AÇÕES DO CONTROLE CONCENTRADO: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE; AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	256
1. Controle de constitucionalidade	256
2. Sistemas de controle: difuso e concentrado	256

3. Ação direta de inconstitucionalidade.....	261
4. Ação declaratória de constitucionalidade	265
5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	265
6. Reclamação constitucional.....	267
III. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DOS DIREITOS SOCIAIS; DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE; DOS DIREITOS POLÍTICOS.	268
1. Direitos e garantias fundamentais.....	268
2. Dos direitos e deveres individuais e coletivos.....	270
3. Ações ou remédios constitucionais.....	275
4. Direitos sociais.....	281
5. Direitos de nacionalidade	283
6. Direitos políticos.....	288
IV. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA; FEDERAÇÃO BRASILEIRA; COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS FEDERADOS E DOS MUNICÍPIOS; INTERVENÇÃO FEDERAL.....	294
1. Organização político-administrativa.....	294
2. União	298
3. Estados Federados.....	298
4. Municípios	300
5. Distrito Federal e Territórios	302
V. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS; DISPOSIÇÕES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO; DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	303
1. Disposições gerais	303
2. Servidores públicos civis e militares – regime jurídico constitucional	305
VI. DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES. SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES: FUNÇÕES TÍPICAS E ATÍPICAS, GARANTIAS INSTITUCIONAIS DAS FUNÇÕES.....	311
VII. DO PODER EXECUTIVO: ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS E RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	312
1. Organização e composição do Poder Executivo	312
2. Atribuições do Presidente da República.....	314
3. Garantias e responsabilidades do Presidente da República.....	314
VIII. DO PODER LEGISLATIVO: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO; ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS: PRERROGATIVAS E VEDAÇÕES DOS PARLAMENTARES; PROCESSO LEGISLATIVO; FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.	316
1. Organização e Funcionamento.....	316
2. Estatuto dos Congressistas.....	318

3. Processo legislativo	322
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	326
IX. PODER JUDICIÁRIO: DISPOSIÇÕES GERAIS, ORGANIZAÇÃO. COMPOSIÇÃO, GARANTIAS INSTITUCIONAIS E FUNCIONAIS DOS MAGISTRADOS; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS; TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO.	327
1. Disposições gerais, organização e composição	327
2. Garantias institucionais e funcionais dos magistrados	328
3. Supremo Tribunal Federal.....	329
4. Conselho Nacional de Justiça: organização e competência.....	332
5. Superior Tribunal de Justiça	333
6. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	333
7. Tribunais e Juízes do Trabalho.....	336
8. Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	337
X. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS E VEDAÇÕES; ADVOCACIA PÚBLICA; ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICAS.	338
1. Ministério Público e Ministério Público do Trabalho.....	338
2. Advocacia Pública	344
3. Advocacia.....	345
4. Defensoria Pública.....	345

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

1. Definição, fontes e princípios	349
2. Administração pública. Pessoas da Administração Pública: Administração Pública Direta, Desconcentração, Descentralização, Administração. Pública Indireta. Autarquias, Agências reguladoras e executivas. Fundações públicas Empresa pública. Sociedade de economia mista. Consórcios Públicos.	352
3. Poderes da Administração Pública.	362
4. Atos da administração, ato administrativo, elementos, atributos, limitações.	366
5. Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n. 14.133/2021). Conceito de licitação, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. Contrato Administrativo: conceito e características, formalização, execução e extinção, equilíbrio econômico-financeiro. Contratos Privados da Administração. Convênios e consórcios.	371
6. Serviço público: Conceito, Princípios, classificação, espécies. Parceria público-privada.....	388
7. Bens públicos: espécies, prerrogativas, vedações.....	396

8. Controle interno e externo da administração pública. Controle judicial.....	399
9. Responsabilidade extracontratual do Estado.....	407
10. Agentes Públicos: Direitos, deveres, vedações, responsabilidade, servidores, agentes temporários, empregados públicos, regime de emprego público.....	411
11. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa.....	424
12. Crimes contra a Administração Pública	427

DIREITO DO TRABALHO

Henrique Correia

1. Dos Princípios e Fontes do Direito do Trabalho	443
1.1. Princípios do Direito do Trabalho	443
1.2. Fontes	445
1.3. Flexibilização e desregulamentação	447
1.4. Renúncia e transação.....	447
2. Direitos Constitucionais dos Trabalhadores.....	449
3. Sujeitos do Contrato de Trabalho.....	453
3.1. Empregado	453
3.1.1. Empregado Hipersuficiente.....	455
3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	455
3.3. Registro de empregados	457
3.4. Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	457
3.5. Trabalho doméstico.....	458
3.6. CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS.....	463
3.6.1. Bancário.....	463
3.6.2. Motorista profissional.....	464
3.6.3. Professor.....	466
3.6.4. Serviços em frigoríficos.....	466
3.6.5. Trabalho em minas de subsolo	466
4. Empregador	467
4.1. Grupo econômico	467
4.1.1. Responsabilidade solidária e subsidiária.....	468
4.2. Sucessão de Empregadores.....	468
4.3. Sócio retirante	469
4.4. Poderes do Empregador.....	470
4.4.1. Poder de Organização.....	470

4.4.2.	Poder de controle	471
4.4.3.	Poder disciplinar.....	472
4.4.4.	Assédios moral e sexual nas relações de trabalho	472
5.	Relações de Trabalho <i>Lato Sensu</i>	473
6.	Proteção do Trabalho da Criança e do Adolescente.....	474
6.1.	Salário do adolescente	476
6.2.	Das Férias do Empregado Adolescente.....	476
6.3.	Aprendiz	477
7.	Proteção do trabalho da Mulher.....	479
7.1.	Licença-maternidade	480
7.2.	Estabilidade da gestante	482
7.3.	Meio ambiente de trabalho	484
7.4.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	486
8.	Terceirização	487
8.1.	Generalidades.....	487
8.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa (Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017)	488
8.3.	Requisitos do contrato de terceirização.....	489
8.4.	Direitos dos terceirizados	489
8.5.	Responsabilidade da tomadora	490
8.6.	Responsabilidade da Administração Pública	490
8.7.	Trabalho temporário	491
9.	Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho	493
9.1.	Relação de trabalho x Relação de emprego:.....	493
9.2.	Contrato de trabalho.....	493
9.3.	Características do contrato de trabalho.....	493
9.4.	Classificação dos contratos de trabalho.....	494
9.5.	Contrato para prestação de trabalho intermitente.....	495
9.6.	Alteração do Contrato Individual de Trabalho.....	496
9.7.	Transferência de local de trabalho	498
9.8.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	500
9.9.	Efeitos do Contrato de Trabalho	501
9.9.1.	Dano material e moral.....	502
10.	Duração do trabalho e jornada de Trabalho	503
10.1.	Limite de tolerância.....	505
10.2.	Empregados não submetidos à limitação de jornada	505

10.2.1. Nova regulamentação do teletrabalho dada pela MP nº 1.108, de 25 de março de 2022	507
10.3. Regime de tempo parcial	508
10.4. Turnos ininterruptos de revezamento	509
10.5. Horas In Itinere	510
10.6. Trabalho noturno	511
10.7. Trabalho extraordinário	511
10.8. Compensação	512
10.9. Períodos de descanso	513
10.9.1. Intervalos	513
10.9.2. Descanso semanal remunerado (dsr)	516
10.9.3. Férias.....	517
10.9.3.1. Direitos às férias e sua duração	517
10.9.3.1. Concessão e época das férias	518
10.9.3.2. Remuneração das férias	518
10.9.3.3. Abono pecuniário de férias	519
10.9.3.5. Férias coletivas	520
11. Salário e remuneração.....	521
11.1. Salário mínimo	521
11.2. Modalidades de salário	522
11.3. Parcelas Salariais (composição do salário)	523
11.4. Gratificações.....	524
11.5. Décimo terceiro salário	524
11.6. Adicionais salariais	524
11.6.1. Adicional de Hora EXTRAORDINÁRIA	525
11.6.2. Adicional noturno.....	525
11.6.3. Adicional de transferência	526
11.6.4. Adicional de periculosidade	526
11.6.5. Adicional de insalubridade.....	527
11.7. Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias)	530
11.7.1. Participação nos lucros e resultados – PLR.....	530
11.7.2. Ajuda de custo	530
11.7.3. Diárias para viagem.....	530
11.7.4. Vale-transporte.....	531
11.7.5. Auxílio-alimentação	531
11.7.6. Prêmios	531
11.7.7. Abonos.....	532

11.7.8. Salário-família.....	532
11.8. Salário-utilidade ou salário in natura	532
11.9. Formas e meios de pagamento do salário	534
11.10. Equiparação salarial.....	534
11.11. Desvio e acúmulo de função.....	536
12. Aviso-prévio	536
13. Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS	537
13.1. Hipóteses de saque dos depósitos	538
14. Estabilidade.....	540
14.1. Dirigente sindical.....	540
14.2. Empregado representante da Cipa.....	540
14.3. Empregado acidentado	541
14.4. Empregado público.....	541
14.5. Estabilidade gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017).....	541
14.6. Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	542
14.7. Despedida e reintegração do empregado estável.....	542
15. Término do Contrato de Trabalho	543
15.1. Dispensa sem justa causa ou arbitrária	544
15.2. Pedido de demissão	544
15.3. Distrato (Reforma Trabalhista)	544
15.4. Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca .	545
15.5. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho	547
15.5.1. Término do contrato por prazo determinado	547
15.5.2. Força maior.....	549
15.5.3. Morte do empregador	550
15.5.4. Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimen- to).....	550
15.5.5. Morte do empresário individual.....	550
15.5.6. Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	550
15.6. Dispensa coletiva.....	551
15.7. Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extin- ção do contrato de trabalho.....	551
15.8. QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	554
16. Prescrição e Decadência.....	554
17. Segurança e medicina do trabalho (Meio Ambiente de Trabalho)	557
17.1. Deveres do empregador.....	558
17.2. Deveres do empregado	558

17.3. Acidente de trabalho	558
17.4. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	561
18. Direito Coletivo	561
18.1. Liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT)	562
18.2. Organização sindical brasileira.....	562
18.2.1. Modelo de organização sindical.....	562
18.2.2. Contribuições devidas ao sindicato	564
18.2.3. Associações sindicais de grau superior.....	566
18.3. Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho)	567
18.4. Greve.....	571
18.4.1. Greve em serviços essenciais.....	571
18.4.2. Greve no serviço público.....	573
19. Comissão de conciliação prévia.....	573
20. Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista).....	575

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élisson Miessa

1. Da justiça do trabalho: organização e competência. Das varas do trabalho, dos tribunais regionais do trabalho e do tribunal superior do trabalho.....	579
1.1. Justiça do trabalho: organização e competência (EC 45/2004).....	579
1.1.1. Órgãos da justiça do trabalho	580
1.1.2. Composição do TST.....	580
1.1.3. Composição do TRT.....	581
1.1.4. Vara do Trabalho.....	581
1.2. Competência	581
1.2.1. Critérios de competência.....	581
1.2.2. Diferenças entre a competência absoluta e a competência relativa.....	582
1.2.3. Competência material.....	582
1.2.4. Competência territorial.....	585
1.2.4. Dos conflitos de competência	586
1.2.5. Jurisdição.....	586
2. Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho: Das Secretarias das Varas do Trabalho; Dos Distribuidores; Dos Oficiais De Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores. Dos Peritos Judiciais: Responsabilidade pelos Honorários Periciais, Gratuidade de Justiça.	587
2.1. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	587

3. Do Ministério Público do Trabalho: Organização, Atribuições, Prerrogativas Institucionais e Funcionais.	589
3.1. Organização	589
3.2. Atribuições.....	589
3.3. Prerrogativas institucionais e funcionais	590
4. Do Processo Judiciário do Trabalho: Princípios Gerais do Processo Trabalhista (Aplicação Subsidiária do CPC)	592
4.1. Princípios do Processo do Trabalho	592
4.2. Aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho.....	594
5. Dos Atos, Termos e Prazos Processuais. Da Distribuição. Das Custas e Emolumentos	594
6. Das Partes e Procuradores; Do Jus Postulandi; Da Substituição e Representação Processuaisda Assistência Judiciária; Dos Honorários de Advogado: Sucumbenciais e Honorários Contratados	599
6.1. Partes	599
6.2. <i>Jus Postulandi</i>	600
6.3. Substituição processual	600
6.4. Representação.....	601
6.5. Assistência judiciária e benefício da justiça gratuita.....	602
6.6. Honorários advocatícios	602
7. Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição.....	604
7.1. Princípios informadores das nulidades processuais.....	604
7.1.2. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	605
7.2. Exceções	605
8. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão	607
8.1. Audiência	607
9. Das provas. Da decisão e sua eficácia.	609
9.1. Princípios da prova	609
9.1.1. Contraditório e Ampla Defesa.....	609
9.1.2. Necessidade.....	610
9.1.3. Oralidade.....	610
9.1.4. Imediação	610
9.1.5. Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	610
9.2. Ônus da Prova.....	611
9.3. Meios de prova.....	612
9.3.1. Prova testemunhal	612
9.3.2. Prova documental.....	612

9.3.2.1. Falsidade de documento.....	613
9.3.3. Prova pericial	613
10. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.	613
10.1.1. Indeferimento da petição inicial	614
10.1.2. Legitimidade para ajuizar	615
11. Procedimentos: Espécies e Atos.	615
11.1. Dos procedimentos ordinário e sumaríssimo	615
11.1.1. Procedimento sumaríssimo	616
11.2. Procedimentos especiais	617
11.2.1. Inquérito para apuração da falta grave.....	617
11.2.2. Ação rescisória	618
11.2.3. Mandado de Segurança	624
11.2.4. Da ação civil pública	627
11.2.5. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	630
11.2.6. Homologação de acordo extrajudicial.....	631
12. Da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento	631
12.1. Da sentença e coisa julgada	631
12.2. Da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento....	632
13. Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.....	633
14. Da execução: execução provisória e definitiva; execução por prestações sucessivas; execução contra a fazenda pública; execução contra a massa falida. Da citação, do depósito da condenação e da nomeação de bens. Garantias na execução. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (lei nº 8.009/1990). Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros. Da praça e leilão; da arrematação; da remição; das custas na execução	635
14.1. Iniciativa da execução.....	636
14.2. Execução provisória.....	636
14.3. Execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.....	637
14.3.1. Execução por prestações sucessivas.....	637
14.3.2. Execução contra a Fazenda Pública.....	637
14.3.3. Execução contra a massa falida	637
14.4. Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis.....	638
14.4.1. Mandado de citação	638

14.4.2. Penhora	639
14.5. Embargos à execução; impugnação à sentença; embargos de terceiro	641
14.5.1. Embargos à execução.....	641
14.5.2. Impugnação à sentença	642
14.5.3. Embargos de terceiros	642
14.6. Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.	642
15. Dos Recursos no Processo do Trabalho	644
15.1. Teoria Geral dos Recursos.....	644
15.1.1. Tempestividade	645
15.1.2. Custas e depósito recursal.....	645
15.1.3. Efeito do recurso trabalhista.....	647
15.1.4. Reexame necessário.....	647
15.1.5. Juízo de retratação	648
15.2. Recursos em Espécie	648
15.2.1. Embargos de declaração.....	648
15.2.2. Recurso ordinário.....	650
15.2.3. Agravo de petição.....	650
15.2.4. Agravo de instrumento.....	650
15.2.5. Recurso de revista.....	651
15.2.6. Embargos no TST.....	654
15.2.6.1. Embargos infringentes.....	654
15.2.6.2. Embargos de divergência	655
15.7. Agravo Interno e Regimental.....	656
17.8. Reclamação Correicional	656
16. Normas atinentes ao processo judicial eletrônico	657
17. Lei 13.467 de 2017 (Reforma Trabalhista).....	660
18. Instruções normativas e atos em geral do TST em matéria de direito processual do trabalho	665
18.1. Instrução Normativa nº 38, do TST (de 2015).....	665
18.2. Instrução Normativa nº 39, do TST (de 2016).....	670
18.3. Instrução Normativa nº 40, do TST (de 2016).....	675

DIREITO CIVIL

Plínio Moura

CAPÍTULO 1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	681
1.1. Vigência interpretação e integração das leis.	681

1.1.1. Início da Vigência e Obrigatoriedade da Lei.....	681
1.1.2. Fim da Vigência da Lei.	682
1.1.3. Interpretação e Integração da Lei.....	683
1.2. Aplicação das leis no tempo.	685
1.2.1. Retroatividade e Segurança Jurídica.....	686
1.2.2. Ultratividade das Leis.....	687
1.2.3. Antinomias ou Conflito Aparente de Normas ou Lacunas de Colisão.	687
1.3. Aplicação das leis no espaço.	688
1.4. Novas regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica – Lei 13.655, de 25.04.18.....	688
1.4.1. Consequencialismo.	688
1.4.2. Proporcionalidade e Razoabilidade na sanção dos agentes por atos administrativos de gestão.	689
1.4.3. Modulação de efeitos temporais e regras de transição.....	689
1.4.4. Celebração de termos de compromisso.	689
1.4.5. Responsabilidade Administrativa dos Agentes Públicos por Decisões de Gestão e Opiniões Técnicas.	689
1.4.6. Consultas Públicas e Orientações vinculantes.....	690
1.5. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	690
CAPÍTULO 2. PESSOAS NATURAIS.	691
2.1. Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica – Início da Existência Humana.	691
2.1.1. Início da Personalidade Jurídica e da Existência Humana – Teorias Históricas e Regra Geral:.....	691
2.1.2. Interpretação do Art. 2º e os direitos do nascituro:	692
2.2. Capacidade Civil – As Incapacidades e a Emancipação.	693
2.3. Direitos da personalidade.....	694
2.4. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	696
CAPÍTULO 3. PESSOA JURÍDICA.	699
3.1. Constituição e Personalidade Jurídica de Direito Privado. Entes despersonalizados (Pessoas Formais).....	699
3.2. Direitos da Personalidade.	700
3.3. Normas Gerais de Administração e Responsabilidade.....	700
3.4. Desconsideração da personalidade jurídica.	701
3.5. Dissolução da Pessoa Jurídica.	702
3.6. Classificação.	703
3.6.1. Associações.....	704
3.6.2. Fundações.....	704
3.7. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	705

CAPÍTULO 4. DOMICÍLIO.	707
4.1. Domicílio da Pessoa Natural.....	707
4.2. Domicílio Civil das Pessoas Jurídicas.....	708
CAPÍTULO 5. BENS.	709
5.1. Conceito de Bens.....	709
5.2. Espécies e Classificação.....	709
5.2.3. Bens Públicos.	712
5.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:.....	713
CAPÍTULO 6. FATOS JURÍDICOS.	715
6.1. Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos.	715
6.2. Negócio Jurídico.	716
6.2.1. Disposições Gerais sobre a existência, validade e eficácia do Negócio Jurídico.	716
6.2.2. O Plano da Validade: Nulidade x Anulabilidade. Defeitos do Negócio Jurídico.	719
6.2.2.1. Invalidades: Nulidade x Anulabilidade.....	719
6.2.2.2. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.	720
6.2.2.3. A Simulação.....	723
6.2.3. A Prova do Negócio Jurídico.	724
6.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	726
CAPÍTULO 7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.	727
7.1. Distinções.....	727
7.2. Hipóteses de Suspensão.	728
7.3. Hipóteses de Interrupção.	728
7.4. Prazos prescricionais.	729
7.5. Prescrição Intercorrente.	731
7.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	731
CAPÍTULO 8. OBRIGAÇÕES.	733
8.1. Constituição das Obrigações.	733
8.2. Espécies.	733
8.2.1. Classificação Geral:	733
8.2.2. Classificações Especiais:	735
8.3.2. Regras Especiais de Extinção Indireta.	740
CAPÍTULO 9. CONTRATOS.	743
9.1. Princípios e Disposições Gerais do Direito Contratual.....	743
9.2. Classificação.	746

9.3. Formação dos Contratos.	748
9.4. Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios.	749
9.4.1. Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios.	749
9.4.2. Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	750
9.5. Da extinção dos contratos: exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Teoria da Imprevisão.	750
9.5.1. Extinção Normal.	750
9.5.2. Extinção Anormal.....	750
9.5.2.1. Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes. .	750
9.5.2.2. Extinção Anormal por Causas Supervenientes. Teoria da Imprevisão.	751
CAPÍTULO 10. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	753
10.1. Teoria Geral do Ato Ilícito e do Abuso de Direito.	753
10.2. Espécies de Responsabilidade Civil – Distinções relevantes.....	754
10.3. Elementos ou Pressupostos da Responsabilidade Civil.....	755
10.3.1. Conduta Humana.....	755
10.3.2. Nexo de causalidade.	756
10.3.3. Dano.....	756
10.3.4. Culpa.....	757
10.4. Excludentes da Responsabilidade Civil.....	758
10.5. Transmissibilidade da Responsabilidade Civil.	759
10.6. Responsabilidade Civil por Fato da Coisa.	759
10.7. Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas.	760
10.8. Responsabilidade Civil por Crime.	760
10.9. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	761
CAPÍTULO 11. DIREITOS REAIS.....	765
11.1. Direitos Reais.	765
11.2. Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas.....	765
11.3. Classificação dos Direitos Reais.	766
11.4. Direito Real na Coisa Própria – PROPRIEDADE.	767
11.4.1. Estrutura, Faculdades, Poderes e Características:	767
11.4.2. Extensão:	768
11.4.3. A descoberta:.....	768
11.4.4. Função social da propriedade e sua concretização:.....	769
11.4.5. Propriedade resolúvel (ad tempus):	769
11.4.8. A perda da propriedade.	775
11.4.9. Direitos de Vizinhança:.....	775
11.4.10. Condomínio:.....	778

11.5. Os direitos reais na coisa alheia.....	782
11.5.1. Introdução: o desmembramento dos poderes da propriedade:.....	782
11.5.2. Classificação:.....	782
11.5.3. Características:.....	782
11.5.4. Direitos reais de gozo:.....	782
11.5.5. Direitos reais de garantia.....	788
11.5.6. Direito real de aquisição (arts. 1417-1418):.....	791
11.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:.....	792
Referências Bibliográficas:.....	792

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1. Princípios gerais do processo civil.....	796
1.1. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear.....	796
1.2. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	797
1.3. Impulso Oficial.....	797
1.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	797
1.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.....	798
1.6. Princípio da Duração Razoável do Processo.....	798
1.7. Princípio da boa-fé processual.....	798
1.8. Princípio da cooperação processual.....	798
1.9. Princípio da Isonomia.....	798
1.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	798
1.11. Princípio do Contraditório Dinâmico.....	799
1.12. Princípio da Fundamentação Analítica.....	799
1.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica.....	799
2. Jurisdição.....	800
2.1. Conceito.....	800
2.2. Características.....	800
2.3. Natureza.....	801
2.4. Princípios.....	801
2.5. Limites.....	801
2.5.1. Limites da Jurisdição Nacional e Cooperação Internacional: disposições gerais.....	801
3. Competência.....	802
3.1. Critérios determinadores.....	802
3.2. Competência Originária dos Tribunais Superiores.....	804

3.3.	Competência absoluta e relativa	804
3.4.	Modificações	805
3.5.	Meios de declaração de incompetência	806
3.6.	Conflito de competência e de atribuições	806
4.	Direito de Ação	807
4.1.	Natureza e elementos.....	807
4.2.	Condições da Ação	807
4.3.	Cumulação de ações e de pedidos	808
4.4.	Carência de ação.....	808
5.	Processo.....	808
5.1.	Conceito, natureza e classificação.....	808
5.2.	Processo e procedimento	809
5.3.	Pressupostos Processuais	809
6.	Sujeitos processuais – as partes.....	810
6.1.	Conceito.....	810
6.2.	Capacidade e Legitimação.....	810
6.4.	Representação e Substituição processual.....	811
7.	Litisconsórcio.....	811
7.1.	Classificações	811
7.2.	Litisconsórcio eventual, alternativo e subsidiário	813
8.	Da Intervenção de Terceiros.	814
8.1.	Observações gerais.....	814
8.2.	Da Assistência.....	814
8.3.	Da Denúnciação da Lide.	815
8.4.	Do Chamamento ao Processo.	817
8.5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.	818
8.6.	Do <i>Amicus Curiae</i>	819
9.	Fatos e Atos processuais.....	819
9.1.	Conceito.....	819
9.2.	Classificação	820
9.3.	Forma dos atos processuais	820
9.4.	Tempo e lugar.....	820
9.5.	Prazos.....	821
9.6.	Comunicação dos atos processuais. Citação, cartas e intimações.	822
9.7.	Nulidades	823
9.8.	Preclusão	823
10.	Tutelas Antecipatórias (Tutela Provisória).....	824
10.1.	Tutelas de Urgência e de Evidência.	824

10.2. Fungibilidade.....	824
10.3. Da tutela antecipada e tutela cautelar.....	824
10.4. A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente.	825
10.5. Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela.....	826
10.6. Tutela Cautelar antecedente.	826
10.7. Tutela da Evidência.....	827
10.8. Estabilização da tutela antecipada.	827
11. Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo	827
11.1. Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	827
11.2. A Propositura da Ação	827
11.3. Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	828
11.4. Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento)	828
12. Da Suspensão do Processo	828
13. Extinção do Processo	830
14. Processo de conhecimento	830
14.1. Procedimento comum: noções gerais, finalidade, objeto e estrutura. Procedimento sumário.	830
14.2. Petição inicial	830
14.2.1. Requisitos e vícios.....	830
14.2.2. Pedidos	831
14.2.3. Deferimento e indeferimento da petição inicial.....	835
14.2.4. Improcedência liminar do pedido	836
14.3. Da Contestação, reconvenção e revelia.	837
14.3.1. Contestação	837
14.3.2. Reconvenção	838
14.3.3. Revelia.	839
14.3.4. Exceções.....	840
14.4. Procedimento sumário.....	840
15. Providências preliminares e de saneamento	840
16. Julgamento conforme o estado do processo.....	842
17. Provas	842
17.1. Ônus da prova	842
17.2. Produção antecipada de prova	842
17.3. Depoimento pessoal.	843
17.4. Confissão.	843
17.5. Exibição de documento ou coisa.....	844
17.6. Prova documental.	844

17.7. Documentos eletrônicos	845
17.8. Prova testemunhal.	845
17.9. Prova pericial.	846
17.10. Inspeção judicial.	846
18. Audiências: preliminar e de instrução e julgamento	846
18.1. Da audiência de conciliação e mediação	846
18.2. Audiência de instrução e julgamento	847
19. Sentença.....	848
19.1. Conceito.	848
19.2. Classificações de sentença	848
19.3. Elementos e efeitos das sentenças	849
19.4. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.	850
20. Coisa Julgada	850
20.1. Conceito	850
20.2. Espécies	850
20.3. Limites	851
20.4. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	852
20.5. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial.....	852
21. Cumprimento da sentença.....	853
21.1. Procedimento.	853
21.2. Intimação do devedor.....	853
21.3. Competência para a fase de cumprimento de sentença.....	854
21.4. Admissibilidade do protesto.	854
21.5. Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes.....	855
21.6. Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	855
21.7. Impugnação.	856
22. Processo de Execução contra a Fazenda Pública.....	857
22.1. Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública.....	857
22.2. O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	857
22.3. Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública	857
22.4. Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução.....	857
22.5. Matérias Alegáveis na Impugnação.....	858
23. Título Executivo Judicial e Extrajudicial	858
23.1. Títulos executivos judiciais	858
23.2. Títulos executivos extrajudiciais	858

24. Procedimentos Especiais.....	859
24.1. Ação de Consignação em Pagamento.....	859
24.2. Ações possessórias	861
24.2.1. A Fungibilidade das Ações Possessórias.....	861
24.2.2. Espécies de Ações Possessórias	861
24.2.3. Pedidos na Ação Possessória	862
24.2.4. Contestação	862
24.3. Busca e apreensão	862
24.4. Alienação fiduciária de imóveis.....	862
25.4. Desapropriação	862
25. Recursos	863
25.1. Meios de impugnação.....	863
25.2. Teoria Geral dos Recursos.....	863
25.2. Efeitos dos recursos:	865
25.3. Recursos em espécie	866
25.3.1. Agravo de instrumento.....	866
25.3.2. Agravo Interno	867
25.3.3. Embargos de declaração.....	867
25.3.4. Recursos extraordinário e especial.....	868
25.3.5. Repercussão Geral	869
25.3.6. Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional	869
26. Ações Constitucionais	870
26.1. Mandado de segurança	870
26.1.1. Cabimento	870
26.1.2. ADIN 4296.....	870
26.1.3. Prazo Decadencial	871
26.1.4. Legitimidade Ativa e Passiva.....	871
26.1.5. A autoridade apontada como coatora.....	871
26.1.6. O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	872
26.1.7. Vedação da utilização do mandado de segurança.....	872
26.1.8. Inconstitucionalidade do óbice à concessão da liminar.....	872
26.1.9. Mandado de Segurança Coletivo.....	872
26.2. Ação Popular	873
26.2.1. Definição	873
26.2.2. Legitimação.....	873
26.2.3. Do Procedimento da Ação Popular	874

26.2.4.	Da Sentença na Ação Popular	874
26.2.5.	Coisa julgada	874
26.2.6.	Remessa Necessária	874
26.3.	Habeas data.....	874
26.3.1.	Regulamentação procedimental	874
26.3.2.	Legitimidade.....	875
26.3.3.	Condições específicas para a ação.....	875
26.3.4.	Aspectos procedimentais	875
26.4.	Ação civil pública.....	875
26.4.1.	Finalidade	875
26.4.2.	Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	875
26.4.3.	Legitimação	876
26.4.4.	Competência	876
26.4.5.	Coisa julgada	876
26.4.6.	Limites territoriais da coisa julgada.....	877
26.5.	Mandado de injunção	877
26.5.1.	Cabimento.....	877
26.5.2.	Procedimento	878
26.5.3.	Legitimidade	878
26.5.4.	Reconhecimento da mora legislativa	878
26.5.5.	Efeitos da decisão	878
26.5.6.	Mandado de injunção coletivo	878
26.5.7.	Aplicação subsidiária do procedimento do mandado de segurança	879
27.	Procedimentos extrajudiciais de solução de conflitos da Administração Pública	879